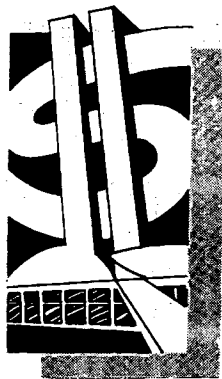


Subvenções sociais podem ter desviado US\$ 1 bilhão

O desvio das verbas destinadas às subvenções sociais, contratos, convênios e auxílios às instituições filantrópicas, associações comunitárias, culturais e esportivas e beneficente, além de prefeituras, pode atingir a um bilhão de dólares. Foi o que constatarem as investigações realizadas em conjunto por funcionários do Tribunal de Contas da União e pela Subcomissão de Subvenções Sociais, que entregará seu relatório final ao deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), relator-geral da CPI do Orçamento, na próxima segunda-feira.

Parte do relatório final das subvenções sociais consolidado até agora amplia também o número



de nomes citados de sete para 14, sendo 12 parlamentares, um suplente e a ex-ministra da Ação Social, Margarida Procópio. O total de recursos públicos desviados, segundo informações de técnicos da subcomissão, deverá ficar em torno de 50 milhões de dólares nos últimos cinco anos.

Fiúza — Além de Margarida, que liberou recursos para o esquema comandado pelo deputado João Alves (sem partido-BA), seu sucessor no cargo, o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), também será incluído, em consequência das novas informações que a CPI obteve junto ao economista José Carlos Alves dos Santos. Fiúza liberou cerca de CR\$ 13 bilhões (valores atualizados) para entidades ligadas à máfia do Orçamento.

Entre os parlamentares citados estão quatro incluídos no relatório da subcomissão de bancos: João Alves (sem partido-BA), Genivaldo Correia (PMDB-BA), Cid Carvalho (PMDB-MA), José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG). Os

demaís são: Fábio Raunheitti (PTB-RJ), seu suplente Féres Náder (PTB-RJ), João de Deus Antunes (PPR-RS), Paulo Portugal (PP-RJ), Raquel Cândido (PFL-RO), Daniel Silva (PPR-MA), Francisco Diógenes (PPR-AC) e o senador Ronaldo Aragão (PFL-RO).

Destes, segundo o coordenador da subcomissão, senador Garibaldi Alves (PMDB-RN), apenas Daniel Silva e Francisco Diógenes conseguiram dar explicações contundentes e podem ficar fora da relação daqueles que correm o risco de ter a cassação pedida pelo relator-geral, Roberto Magalhães.

À exceção de Margarida Procópio e Fiúza, implicados por liberarem recursos para entidades que não tinham enviado prestação de contas ao Ministério, todos os demais estão diretamente relacionados a instituições que desviaram recursos das subvenções sociais.